

Desenvolvimento Regional no Vale do Zambeze: Moçambique em Perspectiva

Cláudio Artur Mungói¹⁹

Resumo

Neste artigo analisa-se a ação do Estado e de diferentes atores voltadas ao desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, Moçambique. As verticalidades e horizontalidades são tratadas como duas dimensões teóricas importantes para a análise da relação entre poder e território, determinantes para a compreensão das dinâmicas sócio-espaciais na região em estudo. Contudo, o artigo procura demonstrar que a dimensão vertical é a mais presente quando se examinam as ações de desenvolvimento no Vale do Zambeze. Trata-se, pois, do uso do território como recurso de valor econômico para a viabilidade e satisfação de interesses exteriores a região, ou seja, o uso econômico sobrepõe-se ao uso social do território. Isto significa que os distritos e a região do Vale do Zambeze se apresentam como formas passivas e receptoras da cadeia de decisões e implementação de projetos e empreendimentos concebidos fora ou longe dali.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Programas regionais, Moçambique.

Resumen

Este artículo analiza la acción de los distintos actores y se centró en el desarrollo de la región del valle del Zambeze en Mozambique. Las líneas verticales y horizontales se tratan como dos dimensiones teóricas importantes de la relación entre poder y territorio, para comprender mejor la dinámica de la región bajo estudio. Sin embargo, el artículo muestra que la dimensión vertical es más presente cuando se analizan las acciones de desarrollo en el valle de Zambeze. Es, por tanto, el uso de la tierra como un recurso de valor económico para la viabilidad y la satisfacción de los intereses fuera de la región, a saber, el uso económico se superpone con el uso social del territorio. Esto significa que los distritos y la región del valle del Zambeze se presentan como formas pasivas, y cuyas cadenas de decisiones y ejecución de proyectos y desarrollos están diseñados a escala extra-local.

Palabras clave: Desarrollo regional, Proyectos regionales, Mozambique.

Introdução

Num mundo cada vez mais desigual, a priorização do mercado externo na estrutura econômica dos países periféricos acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltadas para o comércio exterior. Como considera Santos (1996), a economia moderna é uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções.

Este aspecto pressupõe a associação entre a política ou Estado, por um lado, e as forças de mercado, por outro. Isto é, a regulação política do território é simultaneamente uma regulação do

¹⁹ Doutorado em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, Professor da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique. cmungoi2002@yahoo.com

território pelo mercado.

A posição de países periféricos como espaços receptores de políticas e/ou programas de desenvolvimento traduz a verticalização de ações à escala nacional, cujo impacto pode se fazer sentir à escala sub-nacional. Para Santos (1996) as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado.

No mesmo diapasão Hanlon e Smart (2008) assinalam que, demasiadas vezes, o destino tem escapado das mãos dos países periféricos, de modo que “gente de fora” ainda tem uma influência sufocante e arrogante sobre os processos de desenvolvimento à escala nacional, regional e local.

Sobre esta constatação, o pensamento de Nkrumah (2005) é marcado por dois momentos importantes de ruptura que podem ser resumidos da seguinte forma: (i) enquanto nos primeiros anos pós-independência dos Estados africanos Nkrumah exaltava o idealismo pré-colonial e se declarava seguidor do indiano Mahatma Ghandi, nos anos subsequentes passa a defender a necessidade de uma ruptura violenta contra o neo-colonialismo dos Estados imperialistas e seus aliados africanos. No pensamento deste grande nacionalista africano, a África precisava deixar de ser vista como um mundo à parte para que o processo revolucionário no continente fosse entendido no conjunto da revolução mundial, uma vez que as sociedades africanas estão sujeitas às mesmas leis que as outras sociedades do mundo; (ii) em seu livro intitulado *Africa must unit* (África tem que se unir) e num claro reconhecimento à existência de forças externas na África, Nkrumah defende e quase exige a formação urgente de um Governo Africano; ainda que mais tarde tenha sustentando que não poderia haver unidade na África enquanto perdurassem regimes marionetes ao serviço do ocidente imperialista.

Estas considerações são fundamentais para entendermos os traços básicos do sistema capitalista mundial, que se espalha em todas as direções a partir do seu poderoso núcleo central localizado nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental. A este propósito, Furtado (1983) assinala que a expansão e influência econômica européia traduziram-se, quase sempre, na formação de economias coloniais dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica.

Na verdade, sempre que o núcleo capitalista opera como cunha imposta de fora para dentro, pouco se modificam as estruturas coloniais. As empresas transnacionais não se vinculam internamente a outras atividades produtivas, ou melhor, limitam seus gastos locais ao pagamento da mão-de-obra não-especializada. Nestes casos, inexistente o mínimo de articulação necessária para que se configure um *sistema econômico*.

Santos (1994) ao definir o espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas

de objetos e sistemas de ações” reconhece a *artificialidade* dos objetos geográficos (hidrelétricas, fábricas, portos, estradas, cidades...), dotados de uma mecânica e funcionalidade própria, portadores de intencionalidade mercantil ou simbólica dos interesses hegemônicos internacionais. As ações aparecem dotadas de uma racionalidade que corresponde aos fins e/ou meios hegemônicos internacionais, induzidas de fora e, portanto, estranhas ao lugar, seja o território da região ou do país.

No cenário moçambicano, no geral, e da região do Vale do Zambeze, em particular, o desenvolvimento ainda permanece vazio de significância prática no esteio de resultados que permitam efetivamente traduzir-se em ganhos sociais, políticos ou econômicos que não sejam exteriores a região.

A elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola, a participação da população nos processos de tomada de decisão, o acesso ao crédito agrário, a integração ao mercado, o estabelecimento de infra-estruturas e serviços e outras iniciativas que permitam às comunidades beneficiarem-se e participarem no valor acrescido pela realização de grandes projetos ainda não foram materializados.

Projetos e empreendimentos como a Barragem de Cahora Bassa, as agroindústrias do açúcar, algodão, tabaco, a exploração mineira do carvão e da madeira, as ferrovias e as diversas outras atividades empresariais em curso na região do Vale do Zambeze, ainda não se converteram em fatores de desenvolvimento capazes de responder positivamente aos interesses da região e das comunidades locais.

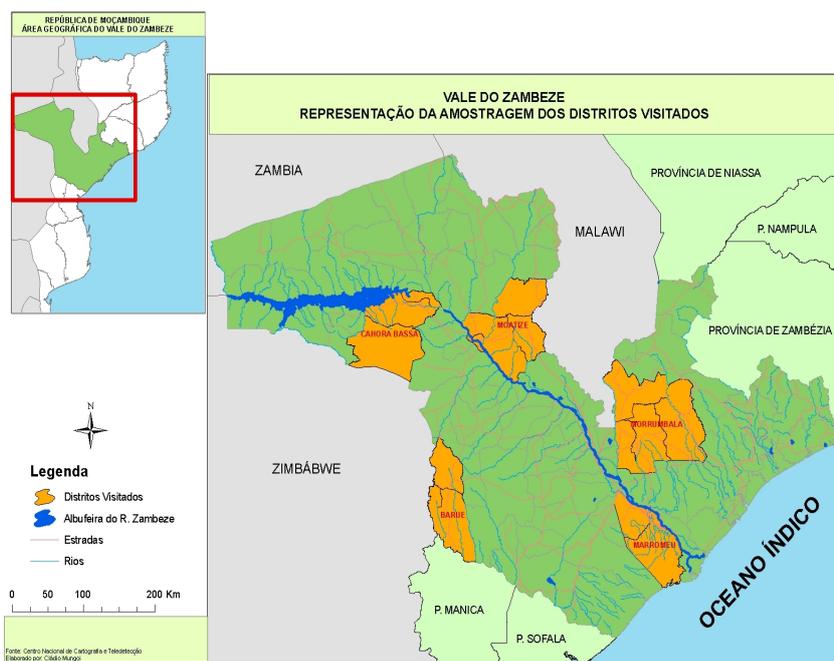
Ao se reconhecer o quadro acima exposto, neste artigo analisa-se as ações de desenvolvimento regional do Estado moçambicano e de diferentes atores multiescalares no Vale do Zambeze. Parte-se da hipótese central de que, embora as verticalidades e as horizontalidades constituam duas dimensões teóricas importantes para a análise da dinâmica sócio-espacial, através da interpretação das mudanças dos usos políticos e econômicos do território, evidenciadas histórica e empiricamente, é a verticalização das ações o vetor mais expressivo e dominante na região do Vale do Zambeze. As horizontalidades, ao eventualmente imprimirem formas específicas de usos do território, ainda se manifestam de forma bastante tímida, por consequência, produzindo resultados modestos e incapazes de viabilizar projetos de desenvolvimentos baseados numa matriz endógena.

A Região do Vale do Zambeze: Características e Cenários de Desenvolvimento

A região do Vale do Zambeze é um espaço fundamentalmente rural e paradoxal. Por um lado, existe um potencial natural extraordinário e importantes empreendimentos em curso e, por

outro, atrasos substanciais no processo de desenvolvimento.

Dados do Censo de 1997 apontam que a região do Vale do Zambeze em território moçambicano ocupa uma área de 225.000 km² (cerca de 27,7% da superfície do país), com uma população de 3,775 milhões de habitantes (25% da população moçambicana) e abrange quatro das onze províncias do país: Tete, Manica, Sofala e Zambézia, dos quais 56% da população dessas províncias ali se encontram, ocupando 68% da superfície total da região central do país.



Mapa 1: Vale do Zambeze, representação da amostragem dos distritos visitados.

O Vale do Zambeze engloba toda a população e distritos da província de Tete, cerca de 56% da população da Zambézia, 17% de Manica e 42% da população da província de Sofala (INE, 1997).

Dentre as potencialidades naturais da região do Vale do Zambeze destacam-se a disponibilidade de recursos hídricos, minerais, florestais e faunísticos, a terra arável e uma grande percentagem de população jovem, isto é, em idade de trabalhar.

As potencialidades naturais do Vale do Zambeze relacionam-se a um conjunto nacional de riquezas ainda por explorar. O país possui 36 milhões de hectares de terras aráveis em 15 zonas agro-ecológicas e 19 milhões de hectares de florestas nativas. Estes dados *per se*, revelam o grande potencial agrícola existente, entretanto, ainda não traduzido em fator de desenvolvimento nacional.

O desenvolvimento da região do Vale do Zambeze vem sendo entendido sob o prisma da

concretização e materialização de grandes empreendimentos energéticos e agroindustriais, como são os casos da Barragem de Cahora Bassa, do Projeto do Carvão de Moatize, das açucareiras de Marromeu e do Luabo. Além disto, há culturas da copra, do algodão e tabaco que, no entanto, ainda não foram traduzidas em fatores de desenvolvimento.



Foto 1: Barragem de Cahora Bassa, uma externalidade a produção de energia
Fonte: HCB, 2006. Foto: MUNGUI, Cláudio.

Verticalidades e o Processo de Desenvolvimento em África

As ações verticais são aquelas que caracterizam os espaços em que uma só temporalidade e objetivos particulares são considerados: o uso do território como recurso para a viabilidade de ações e interesses exteriores a região. Por isso, são forças centrífugas que podem ser consideradas fatores de desagregação, de estranhamento e alienação, forças que enfraquecem, ou melhor, retiram ou deslocam do lugar os elementos de seu próprio comando, que passam a ser buscados fora ou longe dali (SANTOS, 1996).

O ideal seriam as ações horizontais que caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência e o interesse de todos e de cada um, dando ênfase às interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e econômicas localizadas na região (Santos, 1996). Trata-se, pois, da emergência de formas econômicas distintas porque os modos de alocação de recursos e transações ocorrem através de trocas discretas, sem intervenção administrativa, mas através de relações entre indivíduos ou instituições engajadas com base na reciprocidade, preferência, ajuda, complementaridade e benefício mútuos, combinando aspectos econômicos e sociais (MURDOCH, 1995). Na verdade, trata-se de redes sociais estabelecidas e que podem ser definidas como tipos específicos de relações ligando grupos de indivíduos, objetos ou eventos (KNOKE & KUKLINSKI, MITCHELL *apud*

MURDOCH, 1995).

As horizontalidades, aqui assumidas como uma abordagem espacial e integradora, ao contrário da perspectiva setorial ou vertical, promovem uma série de atividades coordenadas localizadas dentro de um mesmo território, de modo a permitir que os atores locais tenham acesso ao mercado e outras oportunidades econômicas. Ou seja, pretendem acima de tudo reforçar a capacidade produtiva local de modo a beneficiar a economia local como um todo (MURDOCH, 2000).

Para Santos (1996), a dimensão horizontal corresponde às atividades e ações que possibilitam a estruturação da vida social: “os lugares podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais (...) que acabam por afetar as normas nacionais e globais” (SANTOS, 1996, p. 206). Justamente, as redes de solidariedade fomentam a coesão social como resposta à marginalização e exclusão, alternativa às políticas setoriais e ao processo de globalização que muitas vezes não atendem aos interesses de desenvolvimento articulado de determinado território ou região.

Pelo contrário, as verticalidades criam a modernização alienada, distante da vida dos homens comuns: “os vetores de modernizações são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isto se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo” (SANTOS, 1996, p. 206). Na dimensão vertical, o território é usado como recurso, como valor econômico, deixando esquecido o território como valor que cimenta a coesão social e solidariedade entre pessoas e grupos.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto os lugares das finalidades impostas de fora, de longe e de cima, quanto das contra-finalidades, localmente geradas. São o teatro de um cotidiano conforme, ainda que não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2006).

Atores Multiescalares na Região do Vale do Zambeze

A natureza deste artigo é explicativa, procurando compreender as ações entrecruzadas entre Estado e demais atores no processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze. A pesquisa visou extrair elementos explicativos para a atuação de cada um dos atores com reflexos para a região do Vale do Zambeze, em cada escala de análise.

Assim, a análise das ações de desenvolvimento em curso no Vale do Zambeze partiu do pressuposto de que região é parte de um todo, mas que este todo é formado por vários territórios com suas especificidades (LENCIONE, 2003). As macro e micro-políticas não são excludentes, ao contrário, fundem-se na construção das ricas determinações da totalidade; assim como macro e micro-projetos são específicos de cada escala de poder sobre recortes específicos do território (RÜCKERT, 2004, p. 33).

Assim, o desenvolvimento do Vale do Zambeze pode ser apreendido em quatro escalas relacionadas entre si através da prática de seus atores principais:

- a) a escala internacional, representada por corporações empresariais transnacionais, agências internacionais de desenvolvimento e ONG's internacionais;
- b) a escala nacional, representada pelo Estado ou Governo central, através de Ministérios, o GPZ, etc.;
- c) a escala regional, representada pelo Estado ou GPZ, setor privado e sociedade civil;
- d) a escala local, representada pelas famílias rurais, ONG's e setor privado.

Para efeitos da pesquisa, a região do Vale do Zambeze é vista como unidade de análise distinta e espaço de realização de ações e programas de desenvolvimento interconectados com diferentes escalas de poder e gestão. Ou seja, a região é formada a partir de diferentes escalas de poder na realização de projetos e programas.

Santos (1997) define a região como *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado, ou seja, um “*subespaço* do espaço nacional total”. No mesmo diapasão, Dallabrida & Becker (2003, p. 177) complementam que a região é a especificação de uma totalidade (espaço), totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é, ao mesmo tempo, *funcional* e *espacial*.

Devido ao grande potencial hídrico e de outros recursos naturais, o Vale do Zambeze apresenta-se como região estratégica para o desenvolvimento do subcontinente, razão que explica sua incorporação às agendas nacionais, regionais e multilaterais, no âmbito dos Estados, empresas, agências de desenvolvimento e instituições financeiras.

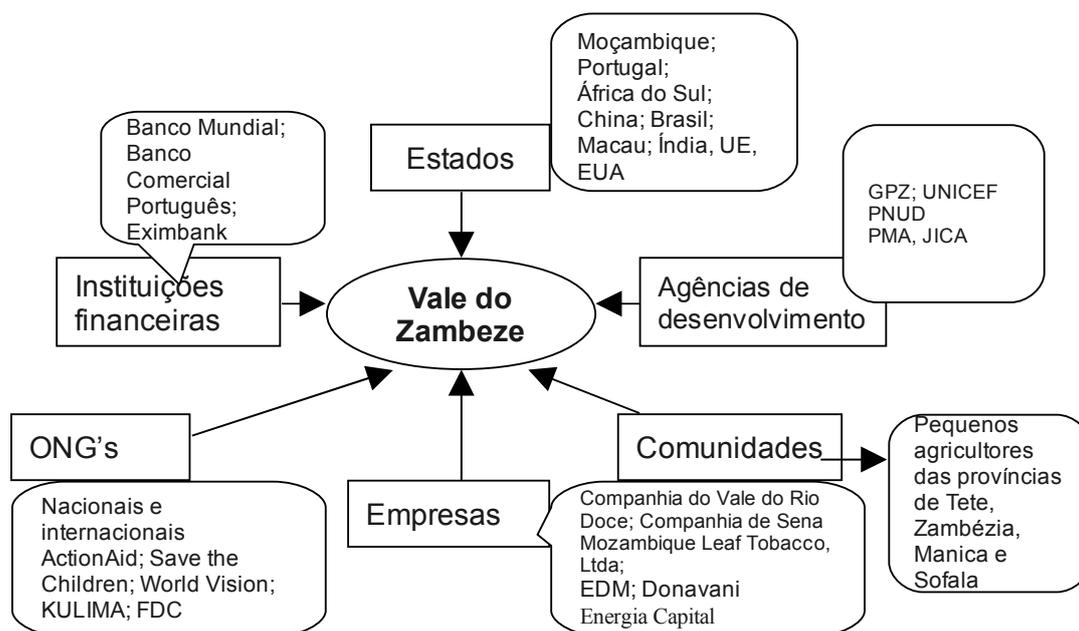


Figura 1: Atores que atuam na região do Vale do Zambeze
Org.: MUNGÓI, Cláudio.

A Questão da Forte Dependência Externa no Desenvolvimento Africano e da Região do Vale do Zambeze

Historicamente, o contexto do desenvolvimento africano aparece, no geral, associado à dependência da ajuda externa, destacando-se a relação positiva e estatisticamente significativa entre o impacto desta ajuda sobre o crescimento econômico. A ajuda externa aumentaria o investimento, este sim o maior mecanismo de indução do crescimento econômico. Contudo, como esses projetos implementados concebidos a partir de fora não são sustentáveis, torna-se necessário definir-se estratégias futuras de redução desta dependência da ajuda externa (LOXLEY & SACKEY, 2008).

A organização da sociedade civil na região do Vale do Zambeze, regra geral, é regida pela completa fragmentação, desarticulação e falta de coordenação. Cada ator financia o que lhe convém e como pode, preocupados quase que tão somente em justificar os fundos doados, e poucos se interessam com a sustentabilidade dos projetos, sobretudo, quando os financiamentos terminam.

Parte considerável do orçamento desses projetos é direcionada ao pagamento de salários dos gerentes e técnicos envolvidos, que muitas vezes saem das instituições públicas aliciados pelos dólares efêmeros. Esta tecnocracia percorre a região em viaturas que parecem surreais diante do

olhar dos camponeses que ainda carregam à cabeça seus produtos, eles mesmos meios de transporte à tração animal.

Quem paga a orquestra, encomenda a música! As agências internacionais acabam ditando à sociedade civil moçambicana o tipo e a finalidade dos projetos, e estas muitas vezes entram em disputas acirradas pelo acesso à “solidariedade internacional”.

A maior parte dos projetos tem curta duração, variando entre um e três anos em regra. Quando se trata de agricultura e desenvolvimento rural, as mudanças não são tão rápidas quanto a velocidade das transações financeiras feitas dos países capitalistas centrais para a periferia do sistema. Entretanto, na dianteira desses projetos, estes países enviam, sob capa da cooperação e assistência técnica, seus “assessores” que mais fazem turismo e safáris nas regiões previamente identificadas via internet ou imagens de satélite, ou quando muito de seus compatriotas regressados e que levam “boas recordações” de um país virgem e onde reina o “deus-dinheiro”.

Alguns dos milhares de jovens nativos formados ou com alguma instrução, compreendida esta como bastando saber soletrar algumas palavras em inglês, recorrem a essas ONG’s internacionais em busca de uma rápida ascensão social e econômica, passando estes a serem reprodutores fiéis dos seus projetos.

Por detrás da ajuda externa a população pobre rural se escondem as viaturas do Corpo Diplomático (CD’s), as mansões, hotéis luxuosos e *resorts*, e uma vida farta num país de miseráveis. Os moçambicanos, estes sem recursos e dignidade suficientes para inverter a situação, vão estendendo a mão a troco de migalhas (dólares) para a implementação de projetos sem pernas para andar.

Tais assessores estrangeiros não se esforçam em aprender o português, a língua oficial de Moçambique, pois a língua oficial nos escritórios bem apetrechados dessas organizações é o inglês. Que se virem os moçambicanos se quiserem ver a cor da moeda do imperador!

Mais uma vez se estabelece o moinho satânico, num ciclo vicioso e calibrado do assistencialismo que não permite aos moçambicanos e comunidades rurais sequer pararem para pensar em projetos produtivos que no futuro permitiriam a redução da “ajuda”, ou seja, da dependência.

Efetivamente, a região do Vale do Zambeze é ainda fértil em calamidades naturais, sobretudo provocadas pelas cheias, e em calamidades criadas das sequelas da guerra, mas a tônica dos programas de desenvolvimento rural tem sido apenas o reassentamento populacional. O quê não se sabe é de qual desenvolvimento se está a tratar? Do desenvolvimento centrado no homem ou desenvolvimento da dependência eterna? Pela situação prevalecente, parece que a última opção é a mais óbvia.

Conclusões

Partindo do pressuposto de que a dinâmica sócio-espacial possui duas dimensões, uma vertical e outra horizontal, procurou-se demonstrar que as verticalidades são forças prevaletentes na operacionalização dos usos políticos e econômicos do território na região do Vale do Zambeze.

Isto significa compreender a região do Vale do Zambeze como campo de conflitos e de forças entre estas duas dimensões, em que o domínio das verticalidades é mais evidente e expressivo, mas suscita conflitos ao impor uma só temporalidade e objetivos a partir do uso do território fundamentalmente como recurso para a viabilidade de projetos econômicos de interesses exteriores a região.

Estas formas não consideram o interesse de todos, não dão ênfase às interdependências e redes de solidariedade entre pessoas e grupos, organizações sociais e econômicas de base local. O uso econômico é mais importante que o uso social do território; e os interesses econômicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais locais.

Sam Moyo e Mike Sill (1999) no artigo intitulado *Energy policy and planning in Southern Africa* constatam que maior atenção é dada a provisão da energia comercial do que às necessidades de uso familiar e da produção rural na África Austral. Por esta razão, os autores afirmam que há uma clara necessidade de inverter o quadro institucional sobre a política energética dentro do contexto de cooperação e integração regional.

Efetivamente, tanto os distritos estudados quanto a região como um todo se apresentam como passivas e receptoras da cadeia de decisões e de implementação de projetos concebidos a partir de fora ou longe. Nesses projetos, os territórios são usados somente como recursos para a satisfação de interesses exteriores a região.

Por esta razão, ao se reconhecer o território como campo de forças, como lugar de exercício de dialéticas e contradições entre verticalidades e horizontalidades, seja entre Estado e mercado, seja entre usos econômico e social dos recursos, conclui-se que o uso econômico e as verticalidades são mais dominantes em toda a escala regional e local.

A forte dependência do Orçamento do Estado de Moçambique da ajuda externa acaba por retirar ao Estado a apropriação (*ownership*) de decisões estratégicas sobre seu próprio desenvolvimento. Em relação às ajudas estrangeiras, economistas como Carlos Nuno Castel-Branco apontam que Moçambique é o quinto país com maiores fluxos de ajuda entre os países pobres e o 16º entre os maiores índices de ajuda *per capita*.

A forte dependência financeira em relação aos parceiros internacionais condiciona o nível de apropriação no desenho e na implementação dos projetos de desenvolvimento a escala nacional e

regional. Atualmente, o *stock* nominal da dívida pública está acima de 60% em relação ao PIB, e 60% do Orçamento do Estado é financiado pelos parceiros internacionais.

A maior parte desta ajuda externa (cerca de 60%) é direcionada à área de serviços e infra-estruturas sociais (escolas, hospitais), sem ligação direta e explícita com a base produtiva. Esta situação provoca a dependência eterna do país, uma vez que este não consegue por si só ter uma base produtiva capaz de gerar empregos, aumentar os rendimentos e apostar na inovação tecnológica. Trata-se, portanto, de uma dependência que faz depender ainda mais.

É a contribuição dos mega-projetos que mais se faz sentir no crescimento do PIB, situado a uma média de 7% ao ano. Contudo, este crescimento ainda não é repassado para as regiões rurais do país, onde se concentra a maior parte da população moçambicana e que encontram na agricultura a sua principal atividade de rendimento, como são os casos dos distritos de Marromeu, Morrumbala, Moatize e Bárúè. A contribuição da agricultura no PIB é de cerca de 25% e o setor emprega cerca de 80% da população.

Mas além dos estreitos vínculos com a economia local, os lucros destes mega-projetos são drenados para os países centrais do sistema capitalista mundial, de onde estas multinacionais são originárias. Protegidas pela política de atração de investimentos estabelecida pelo Governo de Moçambique, estas empresas beneficiam-se de isenções fiscais e em nada contribuem para o reforço do Orçamento do Estado.

Como constatou Nkrumah (1976) na sua obra *A luta de classes em África*, um homem de negócio africano interessa-se não tanto pelo desenvolvimento da indústria quanto pelo enriquecimento pessoal seja por especulação, mercado negro, corrupção ou graças às comissões sobre contratos e diversas manipulações financeiras relacionadas com a pretensa “ajuda” recebida do estrangeiro. É assim que o capitalismo africano é aliado da burguesia capitalista, ainda que não passe de um peão no imenso tabuleiro de xadrez dos monopólios capitalistas internacionais.

O artigo referido está calcado na relação entre poder e território, plasmada nos seus usos políticos e económicos, e cuja operacionalização regista-se nas escalas local, regional e nacional/internacional e onde participam múltiplos atores com as suas racionalidades, engrenagens e especificidades de atuação no processo de desenvolvimento regional no Vale do Zambeze.

Setores hegemônicos ligados ao poder económico e político criam nos distritos da região do Vale do Zambeze um cotidiano obediente e disciplinado, transformando-os em lugares de finalidades impostas de fora, cotidianos conformes, passivos e receptores da cadeia de decisões e intervenções externamente geradas.

Toda esta situação retira aos distritos do Vale do Zambeze os elementos do seu próprio comando, pois este é ditado de fora ou longe dali e, por isso, mobiliza poucos recursos capazes de

servir para a satisfação das necessidades e interesses das suas comunidades.

Referências

AMIN, A. Política regional em uma economia global. *In*: Ministério da Integração. **Política de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. DINIZ, C. Campolina (Org). Brasília: Editora da UnB, 2007.

ARAÚJO, T. B. de. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Banco do Nordeste, Vol. 30, n. 2, abri.-jun. de 1999.

AUSTRAL-COWI. **Governança e gestão econômica de Moçambique**. Relatório Técnico do Mecanismo Africano para Revisão de Pares (MARF). Maputo, 2008.

CASTEL-BRANCO. C. N. Privatizações não trouxeram ganhos ao sector produtivo. *In*: **Notícias: Econômico & Negócio**. Maputo, 2008.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

CRUZEIRO DO SUL – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. Mecanismo Africano para Revisão de Pares (MARF) – I Auto Avaliação. Desenvolvimento Socioeconômico. **Relatório Técnico**. Maputo, 2007.

DALLABRIDA, V. R e BECKER, D. Dinâmica territorial do desenvolvimento. *In*: BECKER, D. e WITTMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

FERNÁNDEZ, V.; AMIN, A.; VIGIL, J. Discutiendo el desarrollo regional: desde la emergência y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración. *In*: FERNÁNDEZ, V.; AMIN, A.; VIGIL, J. (Orgs.). **Repensando el desarrollo regional: Contribuciones globales para una estratégia latinoamericana**. Madrid: Miño e Dávila editores, 2007.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

HANLON, J. **Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?** Maputo: Missanga Idéias & Projectos Lda., 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **II Recenseamento Geral da População e Habitação**. Maputo: INE, 1999.

LOXLEY, J.; SACKEY, H. A. **Aid effectiveness in Africa**. African Development Bank. Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2008.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

MOYO, S.; SILL, M. **Energy policy and planning in Southern Africa**. Oxford: African Books Collective, 1999.

MUNGÓI, C. A. Desenvolvimento Regional no Vale do Zambeze, Moçambique em perspectiva. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Ciências Econômicas/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 2008.

MURDOCH, J. **Actor-networks and the evolution of economic forms: combining description and explanation in theories of regulation, flexible specialization, and networks**. England: Centre for Rural Economy, Department of Agricultural Economics and Food Marketing, University of Newcastle, 1995.

_____. **Networks: a new paradigm of rural development?** United Kingdom: Department of City and Regional Planning/University of Cardiff, 2000.

NKRUMAH, K. **A luta de classes em África**. Lisboa: Livraria da Sá da Costa Editora, 1976.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Moçambique, 2005.

RÜCKERT, A. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais. O pólo de modernização tecnológica da Serra – Rio Grande do Sul – Brasil. *In: Sociologias: Sociedade e território*. Porto Alegre: UFRGS/IFCHA, Ano 6, n. 11, jan.-jun. de 2004.

SÁNCHEZ, J. E.. **Geografia política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996; 2002; 2006.

_____. **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

Recebido em 8 de dezembro de 2009.

Aceito em 2 de março de 2010.